

STN - Sistema de
Transmissão
Nordeste S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, conselheiros e diretores da
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ("Companhia" ou "STN"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos são tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório para as demonstrações contábeis regulatórias.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2019.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	23.228	22.171
Concessionárias e permissionárias	5	20.295	19.833
Serviços em curso		2.933	3.240
Tributos compensáveis		1.500	4.807
Despesas pagas antecipadamente		26	29
Adiantamentos - parcela de ajuste		1.783	-
Outros ativos circulantes		1.038	642
Ativo não circulante			
Concessionárias e permissionárias	5	767	767
Depósitos judiciais e cauções		501	587
Outros ativos não circulantes		27	734
Imobilizado	6.1	367.144	380.703
Intangível	6.2	3.205	3.208
Total do ativo		422.447	436.721
	Notas	2018	2017
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		1.674	679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.1	46.700	45.855
Obrigações sociais e trabalhistas		1.367	1.071
Tributos		5.721	4.757
Provisão para litígios		950	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		2.317	21.674
Encargos setoriais		5.115	4.110
Outros passivos circulantes		4.573	5.442
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.1	94.631	140.862
Fornecedores		515	-
Provisão para litígios	8	876	876
Tributos diferidos		786	647
Outros passivos circulantes		1.391	1.684
Total do passivo		166.616	227.657
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	335.909	318.040
Reservas de lucros	9.2	(80.078)	(108.976)
Total do patrimônio líquido		255.831	209.064
Total do passivo e do patrimônio líquido		422.447	436.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10	184.659	178.848
Serviços Cobráveis		606	645
Outras Receitas Vinculadas		653	1.236
(-) Parcela variável		(414)	(3.340)
Tributos			
PIS-PASEP		(1.040)	(1.012)
COFINS		(4.798)	(4.672)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.737)	(1.682)
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.606)	(4.383)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(737)	(701)
Receita líquida/Ingresso líquido		172.586	164.939
Resultado antes dos custos gerenciáveis		172.586	164.939
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
	11		
Pessoal e administradores		(9.771)	(9.296)
Material		(593)	(693)
Serviços de terceiros		(8.736)	(7.781)
Arrendamento e aluguéis		(581)	(572)
Seguros		(97)	(104)
Doações, contribuições e subvenções		(1.204)	(968)
Tributos		(89)	(95)
Depreciação e amortização		(13.883)	(13.886)
Outras receitas operacionais		365	-
Outras despesas operacionais		(19)	(25)
Resultado da atividade		137.978	131.519
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	12	(13.273)	(19.195)
Receitas financeiras	12	2.625	2.337
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		127.330	114.661
Despesa com impostos sobre o lucro	13	(11.332)	(8.419)
Resultado líquido das operações em continuidade		115.998	106.242
Resultado líquido do exercício		115.998	106.242
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		115.998	106.242
Lucro por ação			
Básico - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		585,848485	536,575758
Diluído - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		585,848485	536,575758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Resultado do exercício		115.998	106.242
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>115.998</u>	<u>106.242</u>
Atribuível aos: Acionistas controladores		115.998	106.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	302.419	(135.290)	-	167.129
Remuneração das imobilizações em curso				-
Aumento de capital social	15.621	(15.621)	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	(42.633)	-	(42.633)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	106.242	106.242
Incentivos fiscais	-	18.018	(18.018)	-
Destinação proposta à AGO:				
Reserva legal	-	4.563	(4.563)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(21.674)	(21.674)
Reserva para investimentos	-	61.987	(61.987)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	318.040	(108.976)	-	209.064
Aumento de capital social	17.869	(17.869)	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	(47.153)	-	(47.153)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	115.998	115.998
Incentivos fiscais	-	19.838	(19.838)	-
Destinação proposta à AGO:				
Reserva legal	-	4.648	(4.648)	-
Juros sobre o capital Próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(22.078)	(22.078)
Reserva para investimentos	-	69.434	(69.434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.909	(80.078)	-	255.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		115.998	106.242
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Amortização		4	4
Depreciação		13.879	13.882
Baixas líquidas de imobilizado e intangível		304	392
Imposto de renda e contribuição social		11.332	8.419
Juros e variações monetárias		12.234	16.386
		153.751	145.325
Varição em:			
Concessionários		(462)	(349)
Depósitos vinculados a litígios		86	(571)
Serviços em curso		307	(394)
Outros		(1.469)	44
		(1.538)	(1.270)
Aumento (redução) de passivos:			
Encargos setoriais		1.005	812
Fornecedores setoriais		1.510	19
Salários e encargos sociais		296	(810)
Tributos e contribuição social		8.314	(1.171)
Outros		(1.162)	(2.185)
		9.963	(3.335)
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Encargos de dívidas pagos		(12.556)	(19.656)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.285)	(9.024)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		135.335	112.040
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	5.1	(625)	(1.173)
Intangível	5.2	-	(3)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(625)	(1.176)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos pagos		(45.064)	(44.000)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(88.589)	(62.050)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(133.653)	(106.050)
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.057	4.814
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		22.171	17.357
No fim do exercício		23.228	22.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1.103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STN está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização dessa rede básica, como também o consumidor, atendidas a certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Estas demonstrações são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia, uma vez que o MCSE especifica tratamentos ou divulgações alternativas em determinados aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias estão detalhadas em notas explicativas.

A partir de 2015, uma das alterações requeridas pelo novo MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, referiu-se à preparação pelos agentes do setor elétrico de demonstrações contábeis regulatórias auditadas pelos mesmos auditores independentes das demonstrações financeiras societárias.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis regulatórias.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

- **Ativos financeiros:** são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo órgão regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.
- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível à capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real.

A Companhia possui o direito de usufruir do incentivo fiscal aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, concedido por meio do Laudo Constitutivo nº 0138/2016, que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Para o usufruto de tal benefício, faz-se necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo esta negou o reconhecimento alegando que a Companhia estaria sem certidão de regularidade fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo-limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124, da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que os argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB, a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazos, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Receita Anual Permitida

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de concessão e resoluções homologatórias da ANEEL.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

5 Consumidores e concessionárias e permissionárias Composição das contas a receber

Descrição	Valores correntes						Provisão p/ devedores duvidosos	2018	2017
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de uso da rede elétrica	19.364	-	130	143	330	328	767	21.062	20.600
Total	19.364	-	130	143	330	328	767	21.062	20.600

O saldo correspondente ao ativo circulante é de R\$ 20.925 mil (R\$ 19.833 mil em 2017) e ativo não circulante é de R\$ 767 mil (R\$ 767 mil em 2017).

6 Imobilizado e intangível

6.1 A composição do imobilizado é como segue

Ativo imobilizado em serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	529.176	-	(109)	334	-	529.401	225	(173.455)	355.946	369.550
Terrenos	88	-	-	-	-	88	-	-	88	88
Edificações, obras civis e benfeitorias	696	-	-	-	-	696	-	(304)	392	420
Máquinas e equipamentos	526.702	-	-	150	-	526.852	150	(171.975)	354.877	368.370
Veículos	920	-	(109)	138	-	949	29	(592)	357	428
Móveis e utensílios	770	-	-	46	-	816	46	(584)	232	244
Subtotal	529.176	-	(109)	334	-	529.401	225	(173.455)	355.946	369.550
Ativo imobilizado em curso	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	11.153	625	(246)	(334)	-	11.198	45	-	11.198	11.153
Máquinas e equipamentos	1.968	164	-	(150)	-	1.982	14	-	1.982	1.968
Outros	9.185	461	(246)	(184)	-	9.216	31	-	9.216	9.185
Subtotal	11.153	625	(246)	(334)	-	11.198	45	-	11.198	11.153
Total do Ativo Imobilizado	540.329	625	(355)	-	-	540.599	270	(173.455)	367.144	380.703

6.2 A composição do intangível é como segue

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	1.935	-	-	-	-	1.935	-	(635)	1.300	1.303
Servidões	1.285					1.285	-	-	1.285	1.285
Softwares	650					650	-	(635)	15	18
Subtotal	1.935	-	-	-	-	1.935	-	(635)	1.300	1.303
Ativo intangível em curso										
Administração	1.905	-	-	-	-	1.905	-	-	1.905	1.905
Servidões	1.795					1.795	-		1.795	1.795
Outros	110					110	-		110	110
Subtotal	1.905	-	-	-	-	1.905	-	-	1.905	1.905
Total do ativo intangível	3.840	-	-	-	-	3.840	-	(635)	3.205	3.208

6.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue

Ativo imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		529.401	(173.455)	355.946	369.550
Custo histórico	2,62%	529.401	(173.455)	355.946	369.550
		529.401	(173.455)	355.946	369.550
Em curso					
Transmissão	0,00%	11.198	-	11.198	11.153
		11.198	-	11.198	11.153
		540.599	(173.455)	367.144	380.703

6.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Máquinas e equipamentos	164	-	-	164
Material em depósito	276	-	-	276
Outros	-	-	185	185
Total das adições	440	-	185	625

6.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,00

De acordo com os arts. 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.6 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
1. Aquisição de veículo - Hilux	138
2. Aquisição de material para montagem de sistema de medição PMU	115
3. Aquisição de um servidor Dell Power Edge R230	18
4. Aquisição de um servidor Dell Power Edge R230	18
5. Aquisição de um servidor Dell Power Edge R440	24
6. Aquisição de Microcomputador Dell All in One Inspiron	7
7. Aquisição de Microcomputador Dell All in One Inspiron	7
8. Aquisição de Microcomputador	9
Total	334

6.7 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram

Descrição do bem	Valor
1. Venda de veículo - Amarok	58
Total	58

7 Empréstimos e financiamentos

7.1 Abertura do endividamento

Instituição / Linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data	Frequência	Data	Frequência	Sistemática Amortização	
						Captação / Repactuação				Próxima Amortização		Vencimento Final de Amortiz.			
Em moeda nacional															
Banco do Nordeste	63	22.534	76.808	99.405	não	jun-06	não há	não há	0,00%	28/01/19	mensal	28/01/19	25/06/24	mensal	outro
Itaú Unibanco	406	23.697	17.823	41.926	não	ago-14	outras	outro	0,00%	07/02/19	trimestral	07/02/19	07/08/20	trimestral	outro
Total	469	46.231	94.631	141.331											

7.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / Linha credora	2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
Em moeda nacional							
Banco do Nordeste	23.712	18.253	13.495	14.374	6.974	-	76.808
Itaú Unibanco	17.823	-	-	-	-	-	17.823
Total	41.535	18.253	13.495	14.374	6.974	-	94.631

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha devedora	Juros de curto prazo	Principal - curto prazo	Principal e juros longo prazo	Total
Ativos financeiros	-	14.843	8.385	23.228
Caixa e aplicações financeiras	-	14.843	8.385	23.228
Saldo final de caixa - conta 111	-	4.552	-	4.552
Aplicações financeiras CDB	-	9.175	-	9.175
Aplicações financeiras fundos DI	-	1.116	8.385	9.501

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

	Juros de curto prazo	Principal - curto prazo	Principal e juros longo prazo	2018	2017
(+) Dívida bruta	469	46.231	94.631	141.331	186.717
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	469	46.231	94.631	141.331	186.717
(-) Ativos financeiros	-	(23.228)	-	(23.228)	(32.651)
Alta liquidez	-	(23.228)	-	(23.228)	(32.651)
(+) Dívida líquida I	469	(225)	94.631	94.875	121.415
(+) Dívida líquida II	469	(225)	94.631	94.875	121.415

8 Provisões para litígios

A provisão refere-se à ocorrência do dia 10 de junho de 2014, com desligamento da LT Sobral III - Pecem II 05V6 C2, com a classificação feita pelo ONS, que indicava a possível cobrança de parcela variável, foi contestada pela Companhia com a apresentação de um relatório técnico que ainda está em análise pelo ONS.

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 335.908 (R\$ 318.040 em 2017) representado por 198.000 ações ordinárias sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimentos S.A.	100.981	51,00	100.981	51,00
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A	97.019	49,00	97.019	49,00
			-	
	<u>198.000</u>	<u>100,00</u>	<u>198.000</u>	<u>100,00</u>

9.2 Reservas de lucros

	2018	2017
Reserva legal	47.813	43.165
Reserva especial para incentivos fiscais	19.838	18.018
Outras	<u>(147.729)</u>	<u>(170.159)</u>
	<u>(80.078)</u>	<u>(108.976)</u>

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- **Reserva de incentivo fiscal:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de Infraestrutura reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23, do Decreto-Lei nº 756/69, e demais alterações da legislação sobre o assunto.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 19.838 (R\$ 18.018 em 2017) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

10 Receita operacional bruta

	2018	2017
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	184.245	175.508
Total	184.245	175.508

11 Custos gerenciáveis - Parcela B

	2018	2017
Pessoal e administradores (i)	(9.771)	(9.296)
Material	(593)	(693)
Serviços de terceiros	(8.736)	(7.781)
Arrendamentos e aluguéis	(581)	(572)
Seguros	(97)	(104)
Doações, contribuições e subvenções	(1.204)	(968)
Tributos	(89)	(95)
Depreciação e amortização	(13.883)	(13.886)
Total	(34.954)	(11.728)

(i) Pessoal e administradores

	2018	2017
Pessoal	(7.490)	(7.199)
Remuneração	(4.285)	(4.007)
Encargos	(1.574)	(1.534)
Previdência privada	(50)	(48)
Assistência médica	(741)	(782)
Despesas rescisórias	-	(30)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(524)	(368)
Outros	(316)	(430)
Administradores	(2.281)	(2.097)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(1.844)	(1.810)
Benefícios dos administradores	(437)	(287)
Total	(9.771)	(9.296)

12 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.827	2.149
Outras receitas financeiras	798	188
	2.625	2.337

Despesas financeiras

Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.575)	(10.187)
Encargos sobre debêntures	(3.659)	(8.200)
Outras despesas financeiras	(1.039)	(808)
	<u>(13.273)</u>	<u>(19.195)</u>
Total	<u><u>(10.648)</u></u>	<u><u>(16.858)</u></u>

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	127.330	114.661
Imposto de renda e contribuição social calculados	34%	34%
Efeitos fiscais sobre:	43.292	38.985
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	(19.838)	(18.018)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(1.113)	(880)
Outros	(11.009)	(11.668)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>11.332</u></u>	<u><u>8.419</u></u>

14 Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, e para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo órgão regulador apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	23.228	-	23.228	22.171	-	22.171
Concessionárias e permissionárias		20.295	-	20.295	19.833	-	19.833
Serviços em curso		2.933	-	2.933	3.240	-	3.240
Contas a receber ativo financeiro		-	-	-	-	177.404	177.404
Ativo contratual de concessão		-	184.190	184.190	-	-	-
Tributos compensáveis		1.500	1.999	3.499	4.807	1.999	6.806
Despesas pagas antecipadamente		26	-	26	29	-	29
Outros ativos circulantes		1.038	-	1.038	642	-	642
Ativo não circulante							
Concessionárias e permissionárias	5	767	-	767	767	-	767
Depósitos judiciais e cauções		501	-	501	587	-	587
Contas a receber ativo financeiro		-	-	-	-	495.580	495.580
Ativo contratual de concessão		-	453.857	453.857	-	-	-
Outros ativos não circulantes		27	-	27	734	(707)	27
Imobilizado	6.1	367.144	(366.870)	274	380.703	(380.429)	274
Intangível	6.2	3.205	(3.043)	162	3.208	(3.042)	166
Total do Ativo		422.447	268.350	690.797	436.721	290.805	727.526

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo circulante</u>							
Fornecedores		1.674	-	1.674	679	-	679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.1	46.700	-	46.700	45.855	-	45.855
Obrigações sociais e trabalhistas		1.367	-	1.367	1.071	-	1.071
Tributos		5.721	(603)	5.118	4.757	(551)	4.206
Provisão para litígios		950	-	950	-	-	-
Dividendos declarados e Juros sobre capital próprio		2.317	-	2.317	21.674	-	21.674
Encargos setoriais		5.115	-	5.115	4.110	-	4.110
Outros passivos circulantes		4.573	(4.341)	232	5.442	(4.747)	695
<u>Passivo não circulante</u>							
Fornecedores		515	-	515	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.1	94.631	-	94.631	140.862	-	140.862
Provisão para litígios	8	876	-	876	876	-	876
Encargos setoriais		-	19.258	19.258	-	-	-
Tributos diferidos		786	103.150	103.936	647	78.567	79.214
Outros passivos circulantes		1.391	476	1.867	1.684	(767)	917
Total do passivo		166.616	117.940	284.556	227.657	72.502	300.159
Patrimônio líquido							
Capital social	9.1	335.909	-	335.909	318.040	-	318.040
Reservas de lucros	9.2	(80.078)	150.410	70.332	(108.976)	218.303	109.327
Total do patrimônio líquido		255.831	150.410	406.241	209.064	218.303	427.367
Total do passivo e do patrimônio líquido		422.447	268.350	690.797	436.721	290.805	727.526

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	184.659	184.659	-	178.848	(178.848)	-
Serviços Cobráveis	606	-	606	645	-	645
Outras Receitas Vinculadas	653	-	653	1.236	-	1.236
Receita de Operação e Manutenção	-	(27.545)	27.545	-	19.534	19.534
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	781	781
Receita de Remuneração do Ativo contratual CPC 27	-	(128.110)	128.110	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	-	-	134.179	134.179
(-) Parcela Variável	(414)	-	(414)	(3.340)	3.340	-
		-			-	
Tributos						
PIS-PASEP	(1.040)	210	(830)	(1.012)	-	(1.012)
COFINS	(4.798)	975	(3.823)	(4.672)	-	(4.672)
		-			-	
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.737)	-	(1.737)	(1.682)	-	(1.682)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.606)	718	(3.888)	(4.383)	-	(4.383)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(737)	115	(622)	(701)	-	(701)
		-			-	
Receita Líquida / Ingresso Líquido	172.586	31.022	145.600	164.939	(21.014)	143.925
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	172.586	31.022	145.600	164.939	(21.014)	143.925
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(9.771)	-	(9.771)	(9.296)	-	(9.296)
Material	(593)	(320)	(913)	(693)	-	(693)
Serviços de Terceiros	(8.736)	-	(8.736)	(7.781)	-	(7.781)
Arrendamento e Aluguéis	(581)	-	(581)	(572)	-	(572)
Seguros	(97)	-	(97)	(104)	-	(104)
Doações, Contribuições e Subvenções	(1.204)	-	(1.204)	(968)	-	(968)
Tributos	(89)	-	(89)	(95)	-	(95)
Depreciação e Amortização	(13.883)	13.879	(4)	(13.886)	13.882	(4)
Outras receitas operacionais	365	-	365	-	-	-
Outras despesas operacionais	(19)	-	(19)	(25)	-	(25)
Custo de implantação de infraestrutura	-	-	-	-	(781)	(781)
		-			-	
Resultado da Atividade	137.978	44.581	124.551	131.519	(7.913)	123.606
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(13.273)	-	(13.273)	(19.195)	-	(19.195)
Receitas Financeiras	2.625	-	2.625	2.337	-	2.337
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	127.330	44.581	113.903	114.661	(7.913)	106.748

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(11.332)	(9.610)	(20.942)	(8.419)	(7.070)	(15.489)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	<u>115.998</u>	<u>34.971</u>	<u>92.961</u>	<u>106.242</u>	<u>(14.983)</u>	<u>91.259</u>
Resultado líquido do exercício	<u>115.998</u>	<u>34.971</u>	<u>92.961</u>	<u>106.242</u>	<u>(14.983)</u>	<u>91.259</u>
Atribuível aos:						
Acionistas Controladores	115.998	34.971	92.961	106.242	(14.983)	91.259
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	585,848485		469,500000	536,575758		460,904040
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	585,848485		469,500000	536,575758		460,904040
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	585,848485		469,500000	536,575758		460,904040
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	585,848485		469,500000	536,575758		460,904040

A seguir, são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim a utilização do modelo de ativo financeiro.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle — em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo — requer julgamento.

A Companhia adotou, na contabilidade societária o CPC 47, sendo a norma vigente a partir de 01.01.2018. As mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis e concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então classificado como ativo financeiro e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018, R\$ 678.342, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 669.734. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ (8.608) menos os impostos diferidos relacionados no montante de R\$ (36.248), totalizando o valor de R\$ (44.856) foi contabilizada diretamente em lucros acumulados.

15.1.1 No modelo de ativo contratual as receitas são segregadas da seguinte forma:

15.1.1.1 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

15.1.1.2 Receitas de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

15.1.1.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

15.1.2 Taxas regulamentares (diferido)

15.1.2.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP, porém no caso da RGR Diferida é calculada com base na Receita Contratual reconhecida no resultado da Companhia.

15.1.2.2 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP. No caso do diferido, calculando-se com base no valor do Ativo contratual reconhecido na receita da Companhia.

15.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	406.241	427.367
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(268.350)	(290.805)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	117.940	72.502
	<u>255.831</u>	<u>209.064</u>
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>255.831</u>	<u>209.064</u>

15.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	92.961	91.259
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	13.427	7.913
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	9.610	7.070
	<hr/>	<hr/>
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	115.998	106.242
	<hr/>	<hr/>

* * *

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor-financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6